

Nota Técnica

Número 265
11 de janeiro de 2022
Atualização da versão de 28/12/2021

**Salário mínimo mais uma
vez sem aumento real**

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Salário mínimo mais uma vez sem aumento real

Em 1º de janeiro de 2022, o salário mínimo (SM) oficial do Brasil foi reajustado para R\$ 1.212,00, conforme anunciado pelo governo. O valor resulta do acréscimo de 10,16% - inflação de 2021 medida pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre os R\$ 1.100,00, em vigor durante o ano passado, arredondado para cima (o que corresponde a 10,18%) - rigorosamente, o valor seria de R\$ 1.211,73. Mais uma vez, o piso nacional fica sem aumento real.

Nesses últimos dois anos, a inflação no Brasil, que já era crescente, teve alta na taxa acumulada em 12 meses, a partir do segundo semestre de 2020, como resultado basicamente da elevação dos preços de três grupos de itens que compõem os orçamentos familiares: “Alimentação e bebidas”, “Transportes” e “Habitação”. Isso significa que aqueles trabalhadores com renda muito próxima ao salário mínimo foram os mais afetados com o rebaixamento drástico do poder de compra.

Nada mais justo e correto, se fossem compensados com algum ganho real de salário (por via de aumento real do SM) para enfrentar o próximo ano, ainda uma incógnita no que se refere ao comportamento dos preços ao consumidor.

O reajuste do salário mínimo desde 2002

Em 2002, o salário mínimo foi estabelecido em R\$ 200,00. Em 2003, foi reajustado em 20,00%, para inflação acumulada de 18,54%, o que significou aumento real de 1,23%. No ano seguinte, o valor foi corrigido em 8,33%, enquanto o INPC atingiu 7,06%. Em 2005, o aumento foi de 15,38%, contra uma inflação de 6,61%. Em 2006, o índice inflacionário correspondeu a 3,21% e o reajuste alcançou 16,67%, ou seja, houve aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, com o INPC de 3,30%, entre maio/2006 e março/2007, houve acréscimo de 8,57% ao SM, o que representou aumento real de 5,1%. Em fevereiro de 2008, o mínimo subiu 9,21%, enquanto a inflação acumulada foi de 4,98%, aumento real de 4,03%. Com reajuste para R\$ 465,00, em 1º de fevereiro de 2009, o ganho real do SM, entre 2008 e 2009, foi de 5,79%. Em 2010, passou a valer R\$ 510,00 - aumento real de 6,02%, resultante da aplicação de 9,68%, diante de inflação anual de 3,45%. Em 2011, mesmo com variação negativa do Produto Interno Bruto de 2009, o piso registrou ganho real de 0,37% e, em 2012, com repasse de 7,5% da alta do PIB de 2010 e arredondamento de valor, foi fixado em R\$ 622,00. Em janeiro de 2013, houve elevação para R\$ 678,00 e, em janeiro de 2014, passou para R\$ 724,00. Com o reajuste de janeiro de 2015, o valor do SM subiu a R\$ 788,00; e, em 2016, atingiu R\$ 880,00. Em janeiro de 2017, passou a valer R\$ 937,00, acumulando perda, no ano, de 0,10%, considerando a taxa anual do INPC, em 2016, de 6,58%. Em janeiro de 2018, com o valor de R\$ 954,00, a perda acumulada em 2017 e 2018 ficou em 0,34%, conforme pode ser visto na Tabela 1 e nos Gráficos 1 e 2. Em 2019, valendo R\$ 998,00, o mínimo apresentou ganho de 1,14%. Já em 2020, o SM foi fixado em R\$ 1.039,00, que vigorou em janeiro e, a partir de fevereiro, passou a ser de R\$ 1.045,00.

Em 2021, não houve incorporação de qualquer ganho real, exceto por reflexo do pequeno arredondamento para R\$ 1.100,00.

Agora, em 2022, repete-se o ocorrido no ano anterior: o salário mínimo não terá aumento real, apenas acompanhará a inflação medida pelo INPC.

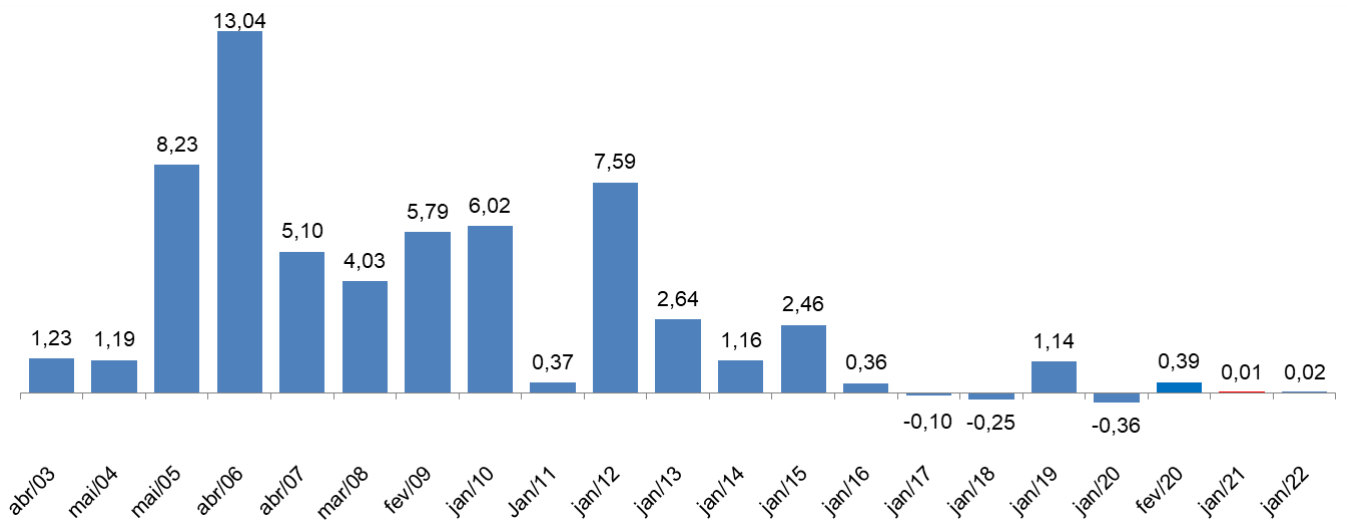
TABELA 1
Reajuste do salário mínimo 2003-2022

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
abr/02	200,00			
abr/03	240,00	20,00	18,54	1,23
mai/04	260,00	8,33	7,06	1,19
mai/05	300,00	15,38	6,61	8,23
abr/06	350,00	16,67	3,21	13,04
abr/07	380,00	8,57	3,30	5,10
mar/08	415,00	9,21	4,98	4,03
fev/09	465,00	12,05	5,92	5,79
jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02
Jan/11	545,00	6,86	6,47	0,37
jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59
jan/13	678,00	9,00	6,20	2,64
jan/14	724,00	6,78	5,56	1,16
jan/15	788,00	8,84	6,23	2,46
jan/16	880,00	11,68	11,28	0,36
jan/17	937,00	6,48	6,58	-0,10
jan/18	954,00	1,81	2,07	-0,25
jan/19	998,00	4,61	3,43	1,14
jan/20	1.039,00	4,11	4,48	-0,36
fev/20	1.045,00	0,58	0,19	0,39
jan/21	1.100,00	5,26	5,25	0,01
jan/22	1.212,00	10,18	10,16	0,02
Total período	-	506,0	239,1	78,7

Fonte: IBGE; DIEESE
Elaboração: DIEESE

Salário mínimo deve ficar mais uma vez sem aumento real

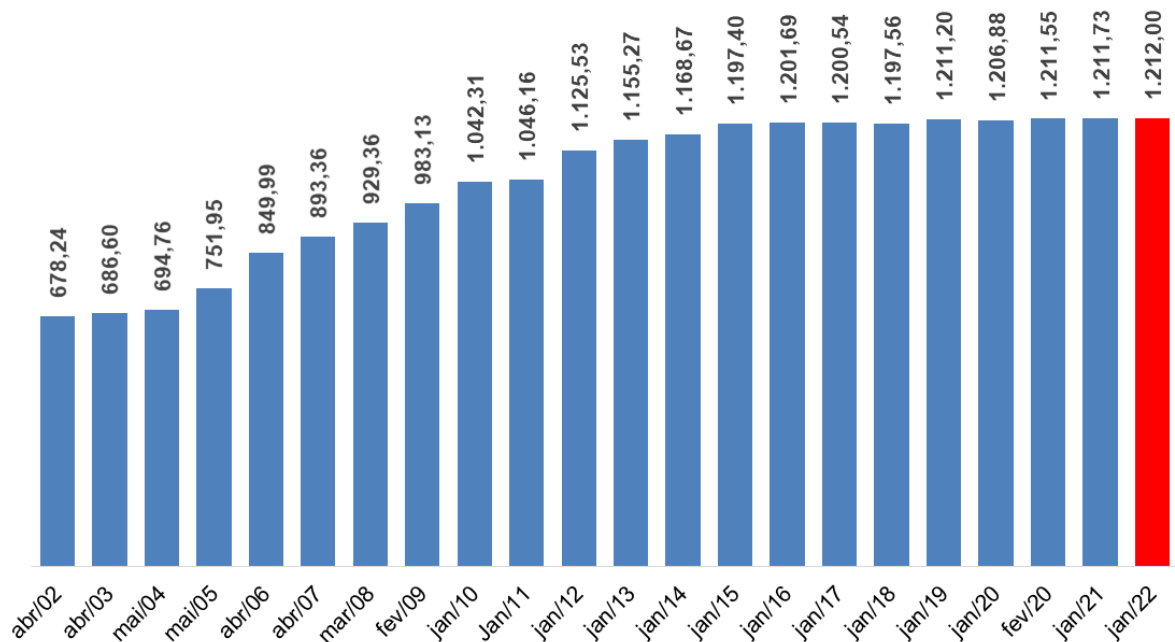
GRÁFICO 1
Aumentos reais no salário mínimo em %
2003-2022



Elaboração: DIEESE

Obs.: Estimativa para janeiro de 2022

GRÁFICO 2
Salário mínimo em valores constantes de janeiro/2022⁽¹⁾



Elaboração: DIEESE

Obs: Estimativa

Salário mínimo deve ficar mais uma vez sem aumento real

Impactos da elevação do salário mínimo na economia

Estima-se que:

- **56,7 milhões de pessoas** têm rendimento referenciado no salário mínimo.
- **R\$ 81,2 bilhões** representam o incremento de renda na economia.
- **R\$ 43,8 bilhões** correspondem ao aumento na arrecadação tributária sobre o consumo.

TABELA 2
Impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo em R\$ 112,00

Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional da Renda Anual - R\$ (b)	Arrecadação Tributária Adicional R\$ (c)
Beneficiários do INSS)	24.166	35.185.998.848	18.965.253.379
Empregados	15.879	23.120.474.832	12.461.935.934
Conta-própria	12.385	16.645.074.432	8.971.695.119
Trabalhadores Domésticos	3.953	5.754.866.208	3.101.872.886
Empregadores	354	476.198.016	256.670.731
Total	56.737	81.182.612.336	43.757.428.049

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua; Ministério da Previdência e Assistência Social. Boletim Estatístico da Previdência Social outubro de 2021

Nota:(1) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo; (2) considerando 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos; (3) considerando tributação média sobre consumo de 53,9 %. Esse valor é indicado na publicação Ipea, Comunicado da Presidência nº 22, de 30/06/2009, como a carga incidente sobre a renda familiar até 2 SM

Importância do salário mínimo nas administrações públicas

No setor público, o número de servidores que ganha até um salário mínimo é pouco expressivo nas administrações federal e estaduais. Nas esferas municipais, a participação dos servidores que recebem até 1 SM é maior, especialmente no Nordeste (Tabela 3).

Quando se observa o impacto do reajuste de 10,18% sobre o SM na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma tendência: maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (Tabela 4).

TABELA 3
Brasil e Grandes Regiões
Emprego no Setor público por faixa de remuneração

(em %)

Região	Serviço Público Federal			
	Até R\$ 1.100,00	De 1.100,00 a R\$ 1.212	Mais de R\$ 1.212	Total (1)
Norte	3,43	0,20	96,37	100,00
Nordeste	3,73	0,52	95,75	100,00
Sudeste	2,65	0,70	96,65	100,00
Sul	2,07	0,45	97,48	100,00
Centro-Oeste	3,51	5,49	91,00	100,00
Total	3,15	2,41	94,44	100,00
Valor absoluto	32.104	24.606	963.368	1.020.078
Região	Serviço Público Estadual			
	Até R\$ 1.100,00	De 1.100,00 a R\$ 1.212	Mais de R\$ 1.212	Total (1)
Norte	6,05	1,95	92,01	100,00
Nordeste	9,88	1,60	88,52	100,00
Sudeste	6,02	1,91	92,07	100,00
Sul	3,51	0,30	96,18	100,00
Centro-Oeste	4,19	0,60	95,21	100,00
Total	6,43	1,48	92,09	100,00
Valor absoluto	195.306	45.016	2.797.707	3.038.029
Região	Serviço Público Municipal			
	Até R\$ 1.100,00	De 1.100,00 a R\$ 1.212	Mais de R\$ 1.212	Total (1)
Norte	12,95	5,38	81,67	100,00
Nordeste	17,35	5,49	77,16	100,00
Sudeste	6,11	2,25	91,64	100,00
Sul	3,67	1,14	95,19	100,00
Centro-Oeste	11,79	2,90	85,31	100,00
Total	10,11	3,38	86,51	100,00
Valor absoluto	523.802	174.779	4.479.935	5.178.516

Fonte: Ministério do Trabalho e da Previdência. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui vínculos sem informação de salário

TABELA 4
Brasil e Grandes Regiões
Impacto do reajuste do SM para R\$ 1.212,00 na folha total
(em %)

Região	Serviço Público Federal		
	Até R\$ 1.100,00	De R\$1100,00 a R\$ 1.212,00	Total
Norte	0,39%	0,00%	0,39%
Nordeste	0,32%	0,00%	0,32%
Sudeste	0,26%	0,00%	0,27%
Sul	0,16%	0,00%	0,17%
Centro-Oeste	0,35%	0,04%	0,40%
Total	0,30%	0,02%	0,32%
Região	Serviço Público Estadual		
	Até R\$ 1.100,00	De R\$1100,00 a R\$ 1.212,00	Total
Norte	0,63%	0,02%	0,64%
Nordeste	1,03%	0,02%	1,04%
Sudeste	0,85%	0,02%	0,87%
Sul	0,49%	0,00%	0,50%
Centro-Oeste	0,33%	0,01%	0,33%
Total	0,73%	0,01%	0,75%
Região	Serviço Público Municipal		
	Até R\$ 1.100,00	De R\$1100,00 a R\$ 1.212,00	Total
Norte	1,99%	0,09%	2,08%
Nordeste	2,96%	0,09%	3,05%
Sudeste	1,03%	0,03%	1,06%
Sul	0,79%	0,02%	0,81%
Centro-Oeste	2,64%	0,04%	2,68%
Total	1,64%	0,05%	1,68%

Fonte: Ministério do Trabalho e da Previdência. Rais 2020

Elaboração: DIEESE

Impacto do aumento nas contas da Previdência

- O peso relativo da massa de benefícios equivalentes a até um salário mínimo é de **46,2%** e corresponde a **66,7%** do total de beneficiários, segundo o Boletim Estatístico da Previdência, de outubro de 2021.
- O acréscimo de cada R\$ 1,00 no SM tem impacto estimado de **R\$ 314,16 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da Previdência Social.**

Salário mínimo deve ficar mais uma vez sem aumento real

- Assim, o impacto do aumento para **R\$ 1.212,00 (R\$ 112,00 a mais)** significará custo adicional ao ano de cerca de **R\$ 35,2 bilhões**.
- Esse custo seria mais que compensado pelo aumento da arrecadação tributária, como mostra a Tabela 2.

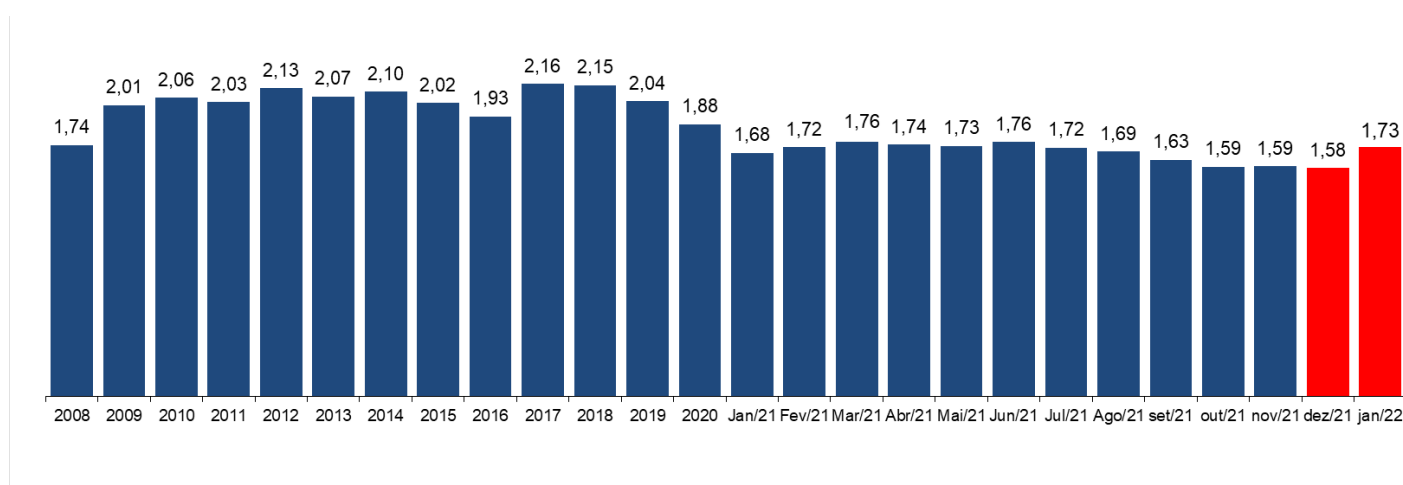
Relação entre salário mínimo e cesta básica

Conforme estimativa, o custo da cesta básica¹, em janeiro de 2022, deve ficar em torno de R\$ 700,00 na cidade de São Paulo. Assim, o salário mínimo nacional de R\$ 1.212,00 terá poder de compra equivalente a cerca de 1,73 cesta básica.

Na série histórica da relação entre as médias do SM anual e da cesta básica anual, é possível notar que:

- A quantidade de 1,73 cesta básica é menor que a média 2008 a 2020.

GRÁFICO 3
Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo – 2008 a 2022



Fonte: DIEESE

Nota: (1) Estimativas para dezembro de 2021 e janeiro de 2022

¹ Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo DIEESE em 17 capitais. A cesta básica é composta por 13 itens alimentícios definidos no Decreto no 399/1938 e é base para o cálculo do valor do salário mínimo necessário para a sobrevivência de um trabalhador e de sua família.

TABELA 5
Quantidade de cestas básicas adquiridas com
um salário mínimo: São Paulo - 1995-2022

Ano	Relação Salário Mínimo / Cesta Básica
1995	1,06
1996	1,14
1997	1,23
1998	1,22
1999	1,25
2000	1,28
2001	1,37
2002	1,42
2003	1,38
2004	1,47
2005	1,60
2006	1,91
2007	1,93
2008	1,74
2009	2,01
2010	2,06
2011	2,03
2012	2,13
2013	2,07
2014	2,10
2015	2,02
2016	1,93
2017	2,16
2018	2,15
2019	2,04
2020	1,88
jan/21	1,68
fev/21	1,72
mar/21	1,76
abr/21	1,74
mai/21	1,73
jun/21	1,76
jul/21	1,72
ago/21	1,69
set/21	1,63
out/21	1,59
nov/21	1,59
dez/21 (1)	1,58
jan/22 (1)	1,73

Fonte: DIEESE

Nota: (1) Estimativas para dezembro/21 e janeiro/22

Salário mínimo deve ficar mais uma vez sem aumento real

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe técnica

Ilmar Ferreira Silva

José Silvestre Prado de Oliveira